CAPÍTULO 02

O USO DE TESTES PSICOLÓGICOS E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

André Sousa Rocha¹,
Marília Vasconcelos Costa², **Esthela Sá Cunha**³, **Victória Maria Freitas Pedrosa**⁴,
Venícus Bernardo do Nascimento⁵, **Antonio Renan Santana**⁶, **Ana Cecília Carvalho**
Soeiro⁷, **Samaritana Chaves Magalhães**⁸, **Dágila Vasconcelos Rodrigues**⁹, **Mirly de**
Souza Ferreira¹⁰, **Maria Andhiara Kaele Feitosa Silva**¹¹, **Luiz Wescley Fontenele**
Moura¹²

¹Universidade São Francisco, (andresousarocha9@gmail.com)

² Universidade Federal do Ceará, (mariliavc111@gmail.com)

³Universidade Federal do Ceará, (esthelas@alu.ufc.br)

⁴Universidade Federal do Ceará, (vicmaripedrosa16@gmail.com)

⁵ Universidade Federal do Ceará, (bernardopsi@alu.ufc.br)

⁶ Universidade Federal do Ceará, (antonioresan@outlook.com)

⁷ Universidade Federal do Ceará, (anaceciliasoero@gmail.com)

⁸ Universidade Federal do Ceará, (samaritanachaves@gmail.com)

⁹ Universidade Federal do Ceará, (dagilavasconcellos@gmail.com)

¹⁰ Universidade Federal do Ceará, (mirlydesouzaf@gmail.com)

¹¹ Universidade Regional Brasileira, (andhiarafeitosaa@gmail.com)

¹² Faculdade Fied/Ieducare – UNINTA, (luizwescley@hotmail.com)

Resumo

Objetivo: Apresentar um relato de experiência inserido em uma extensão universitária em avaliação psicológica. **Método:** Trata-se de um estudo de delinamento básico, qualitativo e descritivo de natureza relato de experiência desenvolvido durante a participação de discentes na extensão em avaliação psicológica vinculada ao departamento de Psicologia de uma instituição de ensino superior no interior do Estado do Ceará. **Resultados:** O uso dos testes psicológicos no processo de avaliação psicológica é trabalhado desde os semestres iniciais da graduação em Psicologia para demonstrar a relevância da área para a atuação profissional bem como reforçar a distinção conceitual e prática entre os conceitos. Todavia, ainda existem frequentes tentativas de reduzir o processo avaliativo a mera aplicação de testes, o que na práxis se chama de testagem psicológica. Durante a extensão, a todo instante, reforçou-se a diferença

clara de tais conceitos. Para ilustração eram utilizados embasamentos científicos e práticos por meio de estudos de casos que ocorriam na clínica-escola da instituição. **Considerações Finais:** Portanto, a partir de um relato de experiência em avaliação psicológica, pode-se demonstrar que o uso dos testes psicológicos durante esse processo é opcional. Entretanto, quando selecionado para compor a etapa de elaboração do plano avaliativo, pode gerar dados valiosos sobre o dinamismo psicológico de quem está sendo avaliado. Em se tratando de um relato de experiência, acredita-se que a extensão enquanto o tripé universitário, junto ao ensino e à pesquisa, pode agregar significativos avanços na formação do futuro profissional. Além disso, as extensões são espaços que ultrapassam a sala de aula e visam aprofundar conhecimentos que não são possíveis de serem debatidos. No caso da avaliação psicológica o reflexo é gerado pelo destino de pouca carga horária as disciplinas, o que pode acarretar em prejuízo aos discentes. Por fim, considera-se a experiência vivenciada como satisfatória.

Palavras-chave: Extensão universitária; Processo avaliativo; Tripé universitário.

Área Temática: Temas transversais – Outros.

E-mail do autor principal: andresousarocha9@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de avaliação psicológica é exclusivo dos profissionais de Psicologia, conforme o artigo 13 da Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962 que regulamenta a psicologia no país. Essa Lei informa que “Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962). Desde então, resoluções foram sendo concebidas para reforçar a prerrogativa de que nenhum outro profissional pode com destreza, realizar uma avaliação dos processos psicológicos individuais, grupais ou de instituições (BUENO; PEIXOTO, 2018; CESCUN, 2013).

Significativos avanços foram promovidos na área e maior credibilidade foi conferida a psicologia com a notável procura do público interessado em cursá-la e, conseqüentemente, o surgimento de mais universidades para atender a demanda. Todavia, esse marco representou um dilema, uma vez que os profissionais disponíveis no mercado, sobretudo, com *expertise* em avaliação psicológica, eram escassos (WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019).

Nesse sentido, houve baixa qualidade de ensino, o que levou a avaliação psicológica a sofrer severas críticas. Especialmente, cabe salientar, que os testes psicológicos eram a motivação explícita a tais críticas e por duas décadas, entre 1970 a 1990, foram rechaçados pela comunidade científica. Uma das principais críticas se concentravam na ideia de que o conteúdo dos instrumentos psicológicos eram meramente tradução de outro país e não refletiam as

principais características da cultura brasileira (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012).

Atualmente, o panorama é diferente e existem diversos instrumentos traduzidos e adaptados à realidade brasileira. À margem de exemplo, pode-se citar tanto para o campo de pesquisa quanto em contextos clínicos, organizacionais, educacional e do trabalho com as avaliações psicossociais, por meio das normas regulamentadoras, que avaliam os riscos de determinada ocupação à saúde mental do trabalhador. Ademais, ocorreu um volume crescente no número de instrumentos construídos, o que denota o reconhecimento e preocupação contínua com o progresso da área (REPPOLD; NORONHA, 2018).

A avaliação psicológica se caracteriza por ser processual, pois requer tempo para que decisões possam ser geradas; ela também é científica, por que envolve a administração de técnicas, métodos e instrumentos reconhecidos pela ciência psicológica; e é limitada no tempo, em razão de haver planejamento estruturado de início, meio e fim (NORONHA; REPPOLD, 2010; WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019). Portanto, para que o profissional realize uma avaliação de qualidade é preciso compreender o objetivo avaliativo a partir da investigação da demanda, isto é, o motivo que levou uma pessoa a procurar o serviço psicológico para realizar a avaliação. A partir de então, é possível que o profissional verifique se há capacidade técnica, ética e científica para conduzir o processo. Recomenda-se o encaminhamento para outro psicólogo, quando a demanda existente não for da alçada do profissional que a acolheu (ARAUJO, 2007; MENDES *et al.*, 2013).

Os testes psicológicos, por sua vez, são instrumentos elaborados para operacionalizar, por meio da construção de itens, a expressão comportamental de um determinado fenômeno que não pode palpado ou visualizado a “olho nu”. Para exemplificar, tem-se a personalidade humana. Sabe-se que todo ser humano é dotado de personalidade por questões biológicas e temperamentais que vão influenciar no comportamento, pensamento, sentimentos e emoções (SOUZA *et al.*, 2017).

Além disso, existem vastas abordagens que visam explicar como se constitui a personalidade humana (e.g. psicanálise, análise do comportamento e teoria dos traços). Contudo, sabe-se que a personalidade não pode ser visualizada, mas se sabe também que é possível mensurá-la em termos de abrangências do comportamento. Logo, a maneira de agir e se comportar fornece pistas para identificar que tipo de personalidade a pessoa pode possuir (CARVALHO *et al.*, 2017).

Os testes psicológicos podem ainda se dividir em dois subtipos, a saber, psicométricos e projetivos. O primeiro, por um lado, utilizam a descrição numérica ou a Teoria da Medida em

Psicologia para representar os fenômenos. Adicionalmente, existe a análise estatística, a padronização rigorosa de aplicação, correção e interpretação dos dados. Por fim, os testes psicométricos fornecem números para garantir maior segurança na interpretação dos resultados (NUNES; HUTZ; NUNES, 2008).

A pontuação bruta de um indivíduo em um instrumento é convertido em escore percentílico ou escore padronizado para que então a tabela normativa, disponível em todo instrumento, possa ser consultada e esse indivíduo ser comparado com a amostra representativa da população que passou pelo processo de validação do instrumento. O Inventário Fatorial de Personalidade (IFP), a Bateria Fatorial de Personalidade (BFP) e as Escalas Beck, que mensuram os níveis de ideação suicida, ansiedade, desesperança e a depressão, são exemplos de testes psicológicos que avaliam objetivamente a personalidade (PASQUALI; AZEVEDO; GHESTI, 1997; PASQUALI, 1997).

Os testes projetivos, por outro lado, baseiam-se na descrição linguística para capturar elementos essenciais dos respondentes. A análise é feita com auxílio da abordagem qualitativa de dados. Por esse motivo, os instrumentos, as tarefas solicitadas ou a bateria de testes vai fornecer estímulos ambíguos e pouco ou nada estruturados, cujo foco é oferecer diversas possibilidades de interpretação para àqueles que estão executando a atividade proposta. Ademais, convém-se usar os instrumentos projetivos quando se deseja obter informações mais globais e dinâmicas da personalidade de uma pessoa, pois os instrumentos projetivos, diferentemente do psicométricos, não são elaborados com respostas certas ou erradas (SILVA, 2010).

Nos instrumentos projetivos a imaginação é que vai trazer dados relevantes para a avaliação, o que vai facilitar o acesso ao inconsciente de maneira mais lúdica. O Teste de Apercepção Temática (TAT), o Palográfico, o Teste Rorschach e o *House-Tree-Person* (HTP) o desenho da Casa, Árvore e Pessoa, representam exemplos de técnicas projetivas da personalidade (ALVES; ESTEVE, 2004; BUCK, 2003; CUNHA, 2000; PASQUALI, 1997).

As extensões acadêmicas formam o tripé universitário junto à pesquisa e ao ensino. Esse tripé visa fortalecer a qualidade da formação dos estudantes e prepará-los para aprofundar os conhecimentos em determinadas temáticas. Na avaliação psicológica, fica clara a necessidade de que sejam instituídos programas de monitoria, pesquisa e ensino para suprir a lacuna existente nas grades curriculares dos cursos em Psicologia que destinam poucas horas as disciplinas dessa área. Dessa forma, o tripé universitário pode ser caracterizado como a “válvula de escape” para garantir que os assuntos possam ser continuados, uma vez que em sala de aula,

não há dedicação suficiente em virtude do tempo (SIMÕES NETO & ANDRADE, 2017).

Diante do exposto, das críticas que os instrumentos psicológicos receberam e face a expressa diferenciação entre avaliação psicológica e testes psicológicos que, frequentemente, são utilizados como sinônimos, o objetivo do presente estudo é apresentar um relato de experiência inserido em uma extensão universitária em avaliação psicológica. O foco recai nos instrumentos psicológicos como uma possibilidade enriquecedora de coleta de dados durante o processo avaliativo, mas não obrigatória e nem reducionista a tal. Isso quer dizer que a avaliação psicológica não é feita somente da aplicação de instrumentos psicológicos e o seu uso nas etapas do processo é facultativo.

2 MÉTODO

A presente pesquisa é constituída por um estudo de delineamento básico, qualitativo e descritivo de natureza relato de experiência desenvolvido durante a participação de discentes na extensão em avaliação psicológica vinculada ao departamento de Psicologia de uma instituição de ensino superior no interior do Estado do Ceará.

As abordagens de cunho qualitativo têm ampla valia para as pesquisas em ciências humanas, uma vez que se constituem como um produto científico peculiar a essa área e está presente na pós-modernidade. Ademais, às investigações qualitativas se formam a partir da subjetividade do sujeito-pesquisador sobre um contexto histórico e social (DALTRO; FARIA, 2019).

Os relatos de experiências, por sua vez, operacionalizam a ideia de legitimidade das informações ao invés de buscar pela validade. Reitera-se que a legitimidade permite o avanço na construção teórica sobre uma temática que se debruça em estudo de modo a compreender a inédita formação de sentido sem perder a integralidade das informações. Nesse sentido, é preciso conceder o real valor aos relatos de experiências como estudos que apresentam narrativas honestas e potentes, cujo foco é abrir espaço para discussões, além da permissão para aprofundar o conhecimento em temáticas de interesse (GONZÁLES-REY, 2002; MINAYO, 2004).

A extensão em avaliação psicológica foi fundada em 2018 com o intuito de garantir a qualidade do ensino aos extensionistas e participantes, uma vez que a sala de aula não supria a carência de eventuais dúvidas, além do conteúdo extensivo que, frequentemente, precisava ser suprimido para a apresentação dos principais conteúdos das disciplinas. No ano da sua inauguração, os encontros ocorriam, quinzenalmente, no turno da noite, às terças-feiras, com

duração de 1h30. No ano seguinte, em 2019, o formato permaneceu o mesmo e no início de 2020 e durante 2021, precisou ser modificado em virtude da atual pandemia da covid-19. Logo, diante da possibilidade dos encontros virtuais, o grupo foi aberto a outras instituições e passou a acontecer semanalmente.

Os instrumentos psicológicos eram colocados como exercícios práticos na extensão quando aconteciam os encontros presenciais. Contudo, na modalidade *on-line*, foi possível apenas a apresentação verbal de instrumentos, sendo vedada a apresentação do manual, à administração do instrumento bem como quesitos de aplicação e correção, pois foi uma orientação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e entidades representantes à classe de professores e profissionais que utilizam a avaliação psicológica como processo legal de trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso dos testes psicológicos no processo de avaliação psicológica é trabalhado desde os semestres iniciais da graduação em Psicologia para demonstrar a relevância da área para a atuação profissional bem como reforçar a distinção conceitual e prática entre os conceitos (PADILHA; NORONHA; FAGAN, 2007; PRIMI, 2010). Todavia, ainda existem frequentes tentativas de reduzir o processo avaliativo a mera aplicação de testes, o que na práxis se chama de testagem psicológica. Ou seja, uma etapa que pode ser implementada se o profissional achar suficiente para garantir mais informações na tomada de decisão (CHIODI; WECHSLER, 2008; MANFREDINI; ARGIMON, 2011; MENDES *et al.*, 2013).

A extensão, inicialmente, com os encontros quinzenais, utilizava-se de assuntos teóricos e práticos, a fim de ilustrar, dentro de um processo avaliativo, a função dos testes psicológicos e o qual o melhor instrumento para avaliar determinado construto. Frequentemente, trabalhavam-se os construtos relacionados à inteligência e à personalidade, por serem os mais ensinados na universidade (NORONHA; PRIMI; ALCHIERI, 2005). Dessa forma, após a teoria selecionada para estudo, visto que esses fenômenos são fundamentados por diversas teorias, buscavam-se os instrumentos que estavam alinhados a proposta estudada.

Os extensionistas eram orientados em relação à administração, correção e integração dos resultados com outras técnicas inseridas no processo avaliativo, como por exemplo, dinâmicas de grupos, protocolos de observação do comportamento, documentos técnicos, além de entrevistas e anamneses. Além disso, os membros e participantes da extensão eram alertado para a contextualização das informações com a história de vida da pessoa avaliada bem como

os contextos em que ela está inserida, seja político, econômico, social e cultural, pois eles têm relevância para o momento de gerir a tomada de decisão.

Sendo assim, mostravam-se que as respostas obtidas precisavam ser integradas e adaptadas as condições de vida da pessoa, pois ao contrário disso, pouca validade clínica segundo Tavares (2003), seria fornecida, o que poderia comprometer as decisões levantadas pelo profissional. Durante a extensão, a todo instante, enfatizou-se a diferença clara dos conceitos de avaliação psicológica e testagem ou testes psicológicos. Para reforçar e dinamizar esse processo outro recurso utilizado eram os de estudos de casos que ocorriam na clínica-escola da instituição. Nesse sentido, demonstrou-se todas as etapas inerentes para o bom andamento da avaliação psicológica (WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019).

Vale destacar que os aspectos éticos dos pacientes eram preservados e as identidades salvaguardadas, pois os estagiários também participavam das extensões. Dessa forma, antes do repasse de informações ao grupo, os dados pessoais eram modificados, a fim de evitar o reconhecimento pessoal do paciente. Adicionalmente, destacou-se também a relevância dos testes quando inseridos neste processo. Independente das características projetivas ou psicométricas, ambos oferecem informações que podem favorecer a tomada de decisão mais assertiva e segura. Também é orientado para a não utilização quando o profissional não tiver domínio teórico, técnico e científico, o que pode invalidar o instrumento a partir do seu mau uso (CAPITAO; SCORTEGAGNA; BAPTISTA, 2005).

Nesse sentido, abordou-se também as vantagens e as desvantagens no uso dos instrumentos. Enquanto os psicométricos visam garantir maior segurança na interpretação dos dados, de modo que dois profissionais serão capazes de chegar em dados similares ou iguais a mesma pessoa avaliada, os projetivos vão se valer da *expertise* clínica do profissional para interpretação dos dados, o que poderá gerar conflito nas respostas entre dois profissionais. Tal situação ocorre, pois a depender da experiência e tempo de atuação, além familiaridade com o fenômeno que está sendo avaliado, os dados coletados e interpretados podem ser conflitantes e enviesados por parte dos profissionais (FORMIGA; MELLO, 2000; PINTO, 2014).

Ademais, nos anos que sucederam a pandemia da covid-19, ou seja, 2020 e 2021, houve mudanças no formato com que acontecia a extensão. Dessa vez, aconteceu a abertura para discente de outras instituições a participarem dos momentos. A entrada no grupo ainda está condicionada a apresentação da declaração de matrícula, para estudantes de graduação e pós-graduação e o número de cadastro do Conselho Regional de Psicologia (CRP) para os profissionais que desejam participar.

Diante da falta de segurança das salas virtuais que são totalmente abertas e a fim de evitar a entrada de não psicológicos e/ou estudantes de psicologia, o repasse do *link* dos encontros foram estritamente enviados por *e-mail*. Sabendo ainda que essa medida não garante o integral sigilo, o grupo de extensionistas seguiu as orientações do CFP, que visa manter a qualidade dos testes psicológicos e garantir que as informações contidas no manual sejam de acesso estrito a profissionais e estudantes.

Desse modo, o grupo passou a funcionar dentro de uma dinâmica mais teórica, com a discussão e apresentação de construtos psicológicos escolhidos pelos membros. Assim, houve debate sobre teorias da personalidade, dividido em três momentos, e os principais instrumentos de avaliação; as teorias da inteligência também garantiram o mesmo formato. Também foram discutidas as atuais resoluções do CFP, em relação à avaliação psicológica e a escrita de documentos provenientes desse processo bem como o histórico e desenvolvimento da avaliação no cenário nacional e internacional.

Os desafios na formação em avaliação psicológica são constantes e necessário. Por isso, a cada ano são impostos desafios inéditos que devem ser planejados com cautela, com a finalidade de garantir o ensino de qualidade, que vise não insultar o Código de Ética do Psicólogo (CEP) e tampouco às normativas do CFP, uma vez que essas ações poderão trazer em diversas sanções, conforme o artigo 22º do CEP, aos profissionais que incorrerem em erros éticos de natureza moderada a grave.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir de um relato de experiência em avaliação psicológica, pode-se demonstrar que o uso dos testes psicológicos durante esse processo é opcional. Entretanto, quando selecionado para compor a etapa de elaboração do plano avaliativo, os resultados produzidos podem gerar dados valiosos sobre o dinamismo psicológico de quem está sendo avaliado.

Em se tratando de um relato de experiência, acredita-se que a extensão enquanto o tripé universitário, junto ao ensino e à pesquisa, pode agregar significativos avanços na formação do futuro profissional. Enquanto membros extensionistas da extensão desde a sua fundação, em 2018, acredita-se em um grande salto qualitativo na formação pessoal e profissional, pois diversos foram os ensinamentos absorvidos que, infelizmente, a sala de aula não teria garantido.

Além disso, as extensões são espaços que ultrapassam a sala de aula e visam aprofundar conhecimentos que não são possíveis de serem debatidos. No caso da avaliação psicológica o

reflexo é gerado pelo destino de pouca carga horária as disciplinas, o que pode acarretar em prejuízo aos discentes (CARDOSO; GOMES, 2019; FREIRES *et al.*, 2017). Ainda assim, reforça-se que a experiência vivenciada tem sido avaliada como satisfatória, uma vez que ainda está em vigência.

Adicionalmente, os estudos de casos clínicos que estão em atendimento auxiliaram na clareza de que a avaliação psicológica é um processo estruturado e planejado, com início, meio e fim, e os testes psicológicos, são opcionais e podem ser inseridos em uma das etapas desse processo mais amplo e dinâmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Irai Cristina Bocatto; ESTEVE, Cristiano. O Teste Palográfico na avaliação da personalidade. São Paulo: Vetor, 2004.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 126-141, dez. 2007.

BORSA, Juliane Callegaro; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo; BANDEIRA, Denise Ruschel. Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 22, n. 53, p. 423-432, dez. 2012.

BUCK, John. H-T-P: Casa – Árvore – Pessoa. Técnica Projetiva de Desenho: Manual e Guia de Interpretação. (1ª ed.). São Paulo: **Vetor**, 2003.

BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Morais. Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 38, n. , p. 108-121, 2018.

BRASIL, República Federativa do Brasil. Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República, 1962.

CAPITAO, Cláudio Garcia; SCORTEGAGNA, Silvana Alba; BAPTISTA, Makilim Nunes. A importância da avaliação psicológica na saúde. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 4, n. 1, p. 75-82, jun. 2005.

CARDOSO, Lucila Moraes; GOMES, Gabriel Vitor Acioly. O ensino de avaliação psicológica nas instituições de ensino superior do Ceará. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 48, p. 55-66, jun. 2019.

CARVALHO, Lucas de Francisco; PIANOWSKI, Giselle; SILVA, Ana Maria Reis da; SILVA, Rosiane Gonçalves Coelho. Personalidade: o panorama nacional sob o foco das definições internacionais. **Psicologia em Revista**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 123-146, 12 dez. 2017.

CESCON, Luciana França. Avaliação Psicológica: passado, presente e futuro. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 99-109, jun. 2013.

CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico-V: Fundamentos do psicodiagnóstico. 5 ed. Porto Alegre: **Artes Médicas Sul**, 2000.

CHIODI, Marcelo Gulini; WECHSLER, Solange Muglia. Avaliação psicológica: contribuições brasileiras. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo , v. 28, n. 2, p. 197-210, dez. 2008.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 223- 237, 2019.

FREIRES, Leogildo Alves; SILVA FILHO, José Humberto da; MONTEIRO, Renan Pereira; LOURETO, Gleidson Diego Lopes; GOUVEIA, Valdiney Veloso. Ensino da avaliação psicológica no Norte brasileiro: analisando as ementas das disciplinas. **Revista Avaliação Psicológica**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 205-214, ago. 2017.

FORMIGA, Nilton Soares; MELLO, Ivana. Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 12-19, jun. 2000.

GONZÁLES-REY, Fernando Luís. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: **Pioneira Thomson Learning**, 2002.

MANFREDINI, Vanessa; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. O uso de testes psicológicos: a importância da formação profissional. **Revista Grifos**, [S.L.], v. 19, n. 28/29, p. 133, 25 nov. 2011.

MENDES, Lorena Samara; NAKANO, Tatiana de Cássia; SILVA, Izabella Brito; SAMPAIO, Maria Helena de Lemos. Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 428-445, 2013.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (8a ed.). São Paulo: **Hucitec**, 2004.

NORONHA, Ana Paula Porto; PRIMI, Ricardo; ALCHIERI, João Carlos. Instrumentos de avaliação mais conhecidos/utilizados por psicólogos e estudantes de psicologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 390-401, dez. 2005.

NORONHA, Ana Paula Porto; REPPOLD, Caroline Tozzi. Considerações sobre a avaliação Psicológica no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 30, n. , p. 192-201, dez. 2010

NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, HUTZ, Cláudio Simon, & NUNES, Maiana Farias Oliveira Nunes. Manual técnico da bateria fatorial de personalidade - BFP. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PADILHA, Sandra; NORONHA, Ana Paula Porto; FAGAN, Clarissa Zanchet. Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 6, n. 1, p. 69-76, jun. 2007.

PASQUALI, L.; AZEVEDO, Maria Mazzarello. & GHESTI, Ivânia. Inventário Fatorial de Personalidade: manual técnico e de aplicação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. PASQUALI, Luiz. Psicometria: teoria e aplicações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PINTO, Elza Rocha. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 135-153, jun. 2014.

PRIMI, Ricardo. Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 26, n. , p. 25-35, 2010.

REPPOLD, Caroline Tozzi; NORONHA, Ana Paula Porto. Impacto dos 15 Anos do Satepsi na Avaliação Psicológica Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 38, n. , p. 6-15, 2018.

SILVA, Marlene Alves da. Os Métodos Projetivos na Avaliação Psicológica. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 9, n. 2, p. 341-344, ago. 2010.

SIMÕES NETO, Jose de Caldas.; ANDRADE, Iarê Lucas. A contribuição da monitoria acadêmica para o incentivo à docência. **Revista Interfaces**, v. 4, n.12, pp. 93-99, 2017.

SOUZA, Ana Cláudia de; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito; SOUZA, Ana Cláudia de; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 649-659, jul. 2017.

TAVARES, Marcelo. Validade clínica. **Psico-USf**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 125-136, 2003.

WECHSLER, Solange Muglia; HUTZ, Claudio Simon; PRIMI, Ricardo. O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. **Aval. psicol.**, Itatiba , v.18, n. 2, p. 121-128, 2019.